



A educabilidade humana enquanto possibilidade

Órion Flores Leal

Sendo ser de consciência, o homem tem a possibilidade de compreender suas capacidades e potencialidades, por ter condições de definir o uso das suas funcionalidades, enquanto cria e aprimora as suas relações sociais. Por isso, a confrontação entre o ontem e o hoje, é caminho para compreender a realidade, que se traduzem em uma ampla gama de interesses e relações sociais, visto que vivemos em um mundo recheado de opressões historicamente constituídas e alimentadas pelos humanos. Capaz de aprender e ensinar, a educabilidade humana, tem fundamental sentido em sua condição de sujeito da história. Por isso, refletir sobre a constituição humana e os processos de educabilidade, é caminho para quem busca desenvolver uma consciência crítica acerca das relações humanas. Segundo o autor Paulo Freire (2018), o homem crítico, que se percebe sujeito da e na história, a toma para si, assumindo a responsabilidade de ser e de estar no mundo, de modificar a história, como forma de negação da opressão, visando resgatar sua essência, aquilo que possibilita desenvolver a sua humanidade. Desse modo, propomos uma reflexão filosófica acerca da educabilidade humana, inspirada, principalmente, no autor Paulo Freire, utilizando além desse, escritos de Karl Marx e do marxista Erich Fromm.

Incontáveis filósofos, estudiosos, artistas, sujeitos de todos os tipos, dedicaram esforços a compreender o que é “ser homem” no mundo. Uma busca que se inicia num tempo tão remoto, tão antigo, quanto à própria idade do homem sobre a Terra. Quem é este ser que se diferencia dos demais animais pelo fato de pensar? Quem é este que pode objetivar o pensamento, moldando no externo o que articulou no seu

campo mental, na sua imaginação? Quem pode projetar no seu ideário um objeto ou situação, por ser capaz de pensar sobre? Essas, e outras questões, foram e são desafios ao próprio homem.

Compreendendo suas capacidades cognitivas, tomando ciência do poder de sua consciência, o conjunto da Humanidade, de tempos em tempos, vem se redefinindo na história, a partir de uma infinidade de concepções. Todas as teorias sobre a Humanidade, as existentes e as que ainda serão formuladas, resultam das tentativas da espécie de auto compreensão. São esforços que partem da vontade humana de reconhecer-se enquanto “homem do e no mundo”, de escrever a sua história, desvendando seus mistérios, no esforço de dominar o ambiente que o cerca (FROMM, 1983).

Diante da capacidade de externalizar o produto das suas ideias, o homem constrói junto aos demais homens o mundo histórico-cultural, mediatizado pelas relações sociais de trabalho. Ou seja, o trabalho, é fruto dessas relações, que criam, por consequência, o desenvolvimento de conhecimentos, que por sua vez, são materializados ou mantidos no campo abstrato. Assim, o trabalho é uma relação pedagógica, ou, processo de educabilidade do homem, de ensino-aprendizagem, no uso das suas capacidades e potencialidades, diante da relação de troca de saberes.

A partir da possibilidade de criação do mundo histórico-cultural, cujo começo é um mistério, mas, é criação exclusivamente humana, os homens lutam para pôr ordem ao caos interno e externo, que os desafia continuamente. Isso, por terem a condição de acumular conhecimentos, aprimorá-los pela capacidade de desenvolver consciência e inteligência, que possibilita a compreensão dos fatos, resultado dos esforços cognitivos (FROMM, 1983).

Ao se expressarem no mundo, percebendo-se com características que os diferencia dos demais animais, os homens dão início as suas relações sociais, seus relacionamentos. Observando a sua condição, descobrem que apenas em grupos, bandos, coletivos e outros arranjos, têm a possibilidade de seguirem vivos, desbravando a natureza. Do contrário, seria inviável sua sobrevivência, diante dos perigos apresentados pelo meio. Descobrendo-se não apenas no mundo, mas, que vive em relação de interação direta com os demais sujeitos do e no mundo, o autorreconhecimento humano, possibilitou o uso das suas faculdades mentais, a

razão, a memória, a percepção do mundo material, a imaginação, e assim o homem passou a moldar a natureza ao seu pensar (FROMM, 1983).

Inicialmente nômades, em grande parte coletores e extratores de frutas, legumes, raízes, além de caçadores em potencial, de aves, peixes e animais de pequeno porte, os homens passam a manipular o fogo e criam diversas ferramentas, que o auxiliam no corte de plantas e servem para produzir proteção contra o frio, a chuva e o sol. Também, cria-se a roda e a carroça, tecnologias que permitiram grande avanço em relação à locomoção. Mais desenvolvidos iniciam a plantação, manipulação e acumulação de sementes, ou seja, o cultivo de grãos conforme a sua necessidade e vontade, dando condições para a reprodução das famílias, para a formação de tribos e clãs, e a domesticação de animais. Tal prática, chamada agricultura, intensificada pela sofisticação das ferramentas, como a criação do arado, resulta na acumulação da produção, que, por conseguinte, viabiliza o sedentarismo, ou seja, ocorre a fixação dos grupos em terras próximas de rios, pela necessidade de manutenção das lavouras e a garantia do fornecimento de água para a sustentação dos rebanhos. Resumidamente, assim se inicia a História da Humanidade (FROMM, 1983).

Tais criações, porém, só foram possíveis mediante o desenvolvimento e aprimoramento da linguagem, que viabilizou a comunicação entre os humanos, dando suporte para a interação e as trocas de saberes. A linguagem, nesse sentido, foi pilar fundamental para a socialização humana, visto que permitia que os homens se reconhecessem como tal, frente à percepção de suas capacidades. É da necessidade de se comunicar, que surgem posteriormente os símbolos, alfabetos, números, entre outras invenções. A criação da linguagem, portanto, passa a ser meio pelo qual o homem registra as suas técnicas, que somada à divisão dos conhecimentos, oportuniza o aprimoramento das suas invenções. Assim, inicia-se a marcação do tempo, que auxilia no controle dos animais, na produção de vegetais, no reconhecimento das estações etc. Tudo isso, a criação dos símbolos, significados e signos, permitem ao homem o registro dos acontecimentos, ou seja, o registro da história. Segundo Freire (2011), o homem teve a necessidade de marcar o tempo para se situar e utilizou esse conhecimento frente ao mundo em descoberta.

Com o aprimoramento das capacidades cognitivas, na estruturação dos processos de aprendizagem e formação da consciência, o raciocínio para a invenção das estruturas usadas para a manutenção da vida se complexificaram e possibilitaram o

aperfeiçoamento das técnicas, práticas e relações humanas. Por isso, segundo Freire (2018), nenhuma análise crítica acerca do homem ou, da educação, participação, mudança, pode partir da exclusão do homem dessa tarefa de construção e reconstrução da história, enquanto aquele que vem sendo o sujeito dessa mesma história. Uma ampla compreensão de homem, a seu ver, só é possível de ser desenvolvida se levarmos em consideração os diversos elementos constitutivos do Ser Humano.

A natureza humana é singular, pois o homem possui no trabalho a sua forma de objetivar o mundo e construir história, linguagem, relações sociais, o que significa fazer cultura. O homem vive trabalhando, se socializando, impactando o mundo e sendo impactado por ele, criando produtos que surgem da sua interação com o meio. O trabalho é o fator que o diferencia dos demais seres. Este movimento também se diferencia de quaisquer outros trabalhos mecânicos, por ser fruto da externalização de suas ideias, seu agir sobre o universo material, o mundo concreto. Nesse sentido, as relações humanas são intermediadas pelo trabalho e pela manipulação da natureza. Para Marx, o trabalho é o “[...] relacionamento ativo do homem com a natureza, a criação de um mundo novo, incluindo a criação do próprio homem. (A atividade intelectual, está claro, para Marx, sempre é trabalho, como a atividade manual e artística) [...]” (FROMM, 1983, p. 53).

Após o princípio da socialização dos homens, todo novo ser humano que nasce, já nasce nesse mundo que é histórico e cultural, formado por outros que vieram antes. Ao olharmos a nossa volta, podemos facilmente constatar essa afirmativa, visto que não somos homens da caverna ou nômades, pois, já nascemos em condições diferentes das que viveram nossos ancestrais. Em condições de fazer e registrar a história, o homem trabalha na geração de conhecimentos, que reelaborados geram mais e mais conhecimentos nas mais diferentes áreas, como na ciência, filosofia, astronomia, engenharia, medicina, matemática, linguagens. Logo, ao mesmo tempo em que o homem estuda e aprende sobre a história, faz história, trabalho, educação.

Uma vez que o trabalho é condicionante para o desenvolvimento das sociedades, a humanidade não pode existir sem essa atividade, que permitiu criar tudo que temos, através da realização das práticas humanas, dessa ação sobre o mundo. Foi usando suas capacidades cognitivas e físicas, que o homem criou a agricultura, as ferramentas, mas, além disso, as armas, as guerras, as máquinas, as instituições, os

governos, o dinheiro. Nesse sentido, o homem vem moldando o mundo conforme os seus interesses e moldando-se a partir disso. E, vem se modificando, redefinindo seus comportamentos, visões, ideologias, e, a própria forma de conceber o homem. Por isso, é importante compreender que o trabalho humano é essa capacidade de dar forma ao mundo, de fazer história, de exteriorizar e aplicar ao mundo material o mundo trabalhado internamente pelo sujeito, ser dotado de consciência e capacidade de raciocínio, pela possibilidade da produção dos pensamentos.

Freire, em consulta aos estudos de Karl Marx, autor referência quando o assunto é “trabalho”, e, que é uma fonte valiosa para os escritos freireanos, salienta tal questão no texto: Cartas à Guiné-Bissau, ao dizer que,

A discussão em torno do trabalho, que “é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla, por meio de sua própria ação, seu intercâmbio de matéria com a natureza”, abre, por sua vez, a possibilidade ao debate em torno da cultura, que, em si, constitui uma unidade de estudo das mais importantes (FREIRE, p. 1978, p. 124).

O trabalho, portanto, existe desde os coletores nômades, sendo que lá, já havia disputas entre eles. Melhor seria dizer: o trabalho começou quando tudo começou; ou, dizer que: tudo começou, porque o trabalho começou. Daí que, o trabalho, a linguagem, as criações e invenções, tudo, está intrinsecamente relacionado. Nesse sentido, o mundo material, exterior a ideia humana, é produto direto de uma compreensão de mundo, de uma concepção de homem, das relações sociais vigentes, das relações de trabalho e educação. Assim, “[...] a análise, ainda, do trabalho, viabiliza o estudo de seu processo, de sua organização social. O estudo dos diferentes modos de produção: o pré-capitalista, o capitalista, o socialista. [...]” (FREIRE, p. 1978, p. 124).

Todas as sociedades, a capitalista, as comunistas, as de castas ou escravocratas, as socialistas, todas, se utilizaram ou se utilizam do trabalho, consciente ou alienado. Porém, com o advento do Capitalismo, a partir da criação da propriedade privada e da captura dos meios de produção pela Burguesia, o trabalho foi percebido de forma

diferente e usado à revelia da sua essência, que é dar forma e ação as ideias dos homens sobre o mundo (MARX, 2008).

Com o diferencial da propriedade privada, a captação da terra, o cercamento, automaticamente, modifica-se a forma da humanidade se relacionar com o meio, e se relacionar entre si. Por isso, este sistema, não modificou apenas as relações de poder entre os homens, mas, sua forma de condução e apropriação da natureza, sua forma de se relacionar com tudo que o circunda. Como resultado, há uma reação direta que vigora até os dias atuais, que é a “falta de alimento”, fato que acarreta uma gama de outras problemáticas, vivenciadas a partir da origem do capital (MARX, 2008).

Dada a exploração visando à produção para o lucro, o homem comum fica impedido de adquirir alimentos, tal como era antes, direto na natureza, fato que mudou a cultura da caça, pesca e colheita, como faziam nossos ancestrais. O homem desprovido de condições passa a vender seu trabalho sob a pena de morte por fome, por falta de alimentos, falta de alternativa a subsistência. Por não produzir para si, mas, em condições dadas pelo patrão, o trabalhador, precisa devolver o que produziu ao dono da fábrica, deixando com o proprietário o que fora produzido. Este, ao vender o produto, tira o “seu” lucro, enquanto o trabalhador sai de “mãos abanando”. Sem recurso, no dia seguinte, o trabalhador (dentro do sistema capitalista), precisa novamente vender seu trabalho, produzir para outrem, e depois, sair mais uma vez com as “mãos abanando”. A produção, não pertence ao trabalhador, mas, ao proprietário dos meios de produção (dono da fábrica, das matérias-primas, das ferramentas, da terra). A produção, posteriormente, entra em circulação, e sendo vendida, o lucro vai para o patrão (MARX, 2008).

Em relação à natureza, ainda, ocorre a extração intensa de minerais, ouro, ferro, pedras preciosas, principalmente das colônias, fato que impacta diretamente no meio, seja pela condução dos recursos naturais, seja pela manipulação destes, na invenção de produtos que passam a ser utilizados, mas que antes não eram necessários a vida prática da humanidade (fetiches) (MARX, 2008).

Assim, surge além da escassez de alimentos, a quebra de significado do trabalho, que deriva do entendimento do não pertencimento a atividade realizada, a não identificação com o produto. O trabalhador passa a não se reconhecer na sua produção, que por vezes, sequer possuirá. Frente à perda de sentido da essência do trabalho, Marx (2008), diz que o trabalhador virou uma peça ou uma máquina, que

sua ação é parte de uma grande engrenagem (produção), sempre movido pela repetição mecânica, alheia a sua vontade. Porém, não estamos a que o trabalho humano não fosse vendido, antes do capitalismo, tão pouco, que não era explorado. Também, não afirmamos que o alimento, metais, ou quaisquer recursos, não fossem vendidos até então, visto que havia troca de mercadorias, e até vendas, nas feiras dos burgos ou feiras itinerantes, no Sistema Mercantil, na transição do Feudalismo para o capitalismo. O que afirmamos, é que, na formação capitalista, já fortemente estruturada, ocorre a venda do trabalho forçado, para a produção em larga escala, que não é necessariamente um trabalho em essência, pois não é ação de criação, de autor realização humana (MARX, 2008).

É nesse ínterim, que “[...] o trabalho perde sua característica de expressão do poder do homem; o trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade e de seu planejamento [...]”. A apropriação da produção e exigência de lucro, com a fabricação em larga escala, resulta na ampliação de capital de um lado, enquanto alastra um mar de precariedades, de outro. Assim, um conjunto da humanidade vem, ao longo dos tempos, se sujeitando ao outro, sem poder exercitar a essência do seu trabalho, o seu agir livre sobre o mundo através do trabalho real (FROMM, 1983, p. 53).

Conforme (MARX, 2008, p 67), nesse novo sistema, emergem duas figuras principais, que disputam as relações de poder e trabalho, a partir da Luta de Classes: 1. O detentor do capital-burguês-opressor, dono dos meios de produção e da terra, também chamada Burguesia; 2. O subjugado-trabalhador-oprimido, desfavorecido materialmente e intelectualmente deslocado, chamado Proletariado. A exploração do proletariado resulta na chamada Questão Social, que consiste em uma conjunção de fatores, que viabilizam a relação de submissão entre o desprovido de capital e o detentor do capital, do oprimido frente ao opressor. Diante disso, a propriedade do trabalhador é apenas a sua força de trabalho, sendo este refém de tal cenário. Por isso, Marx, dois séculos atrás, refletia sobre as bases materiais da vida humana e seus impactos, dizendo que, “[...] o alimento poderá sempre comprar uma parte maior ou menor de trabalho, e sempre encontrar-se-á gente disposta a fazer algo para o obter [...]”.

No Sistema Capitalista, a disputa de poder, na dinâmica da perda da essência do trabalho humano, já não é em relação ao Rei ou Nobre, em relação de servidão, ou,

entre suserano e vassalo, por submissão diversa, como se dava com a entrega de parte da produção, ou, pelo trabalho imposto aos estrangeiros ou escravos, por conquista de povos, como no Feudalismo. Mas, a submissão humana passa a apresentar nova face, estando diretamente ligada a apropriação indevida da terra e a captura dos meios de produção, que inviabiliza o auto sustento, somada a imposição do trabalho alienado. Neste sistema, caso o desprovido de posses não venda seu trabalho, perece de fome (MARX, 2008).

Mas, por que é necessário refletir em torno do trabalho? O fato é que, ao longo do tempo, nós humanos, naturalizamos a opressão, a exploração e as formas de submissão. Não é natural, porém, apesar de comum, um homem ter que deixar de criar, realizar suas invenções, se dedicar a si mesmo, para vender um trabalho, que só visa satisfazer os interesses de outrem. Não é natural, que parte da humanidade tenha de viver na miséria, sendo que estamos em um planeta que produz o triplo de alimentos necessários para o consumo de todo o globo. Não são naturais, as relações impostas pelo sistema capitalista. E, não é natural, que o humano tenha que se distanciar da sua essência, do seu trabalho por excelência, para não morrer de fome. Não é natural, que a terra tenha dono!

Nessa compreensão, o homem, além de estar no mundo e dar forma a ele, é por ele disputado, mesmo que não se dê conta disso. E, como as questões que decorrem da relação homem-trabalho se constituem como relações de poder, pois a construção social do homem, ao longo da história, passa intrinsecamente por aí, ao vivenciarmos práticas de opressão, há uma tendência à naturalização dessa reprodução. Mas, é preciso compreender, que essa reprodução, dos aspectos internalizados pelos sujeitos, dependerá sempre das experiências vivenciadas. Por isso, é preciso frisar, aprendemos e ensinamos com nossas práticas. Nesse sentido, Freire (2011, p. 85), diz que “há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que o homem responde aos desafios desse mesmo mundo, na sua ampla variedade; na medida em que não se esgota num tipo padronizado de resposta”.

Como o trabalho é processo de criação, não ação imposta, surgindo da ideia própria do sujeito, ao usar as suas capacidades criativas singulares, a consciência e os processos de construção da consciência, a educabilidade, o saber e o conhecimento, estão diretamente interligados a relação do homem com o mundo. Por isso, é necessário refletir: se toda ação humana resulta em um trabalho, todo trabalho,

resulta em um processo educativo. A educação, portanto, está na essência da vida humana, assim como o trabalho.

A educação é também um processo amplo, dinâmico, que não se separa do homem, porque este é o único ser pedagógico que existe na natureza. A diversidade humana, nesse sentido, deve ser compreendida pelas especificidades, que diferenciam os homens entre si. Não é possível, em um contexto de normalidade biológica, um homem ter dada possibilidade, de pensar, por exemplo, e outro não. No entanto, o sujeito pensante, mesmo que pensante, expressará em suas práticas cotidianas muito do que aprendeu, e aprende diariamente, em seu processo de elaboração do seu ser social. Ou seja, possuímos a capacidade inata de pensar, sendo que nossa interação com o mundo, pode se dar de múltiplas formas, com variadas respostas, que se desdobram em uma infinidade de práticas, de trabalho e de educação. Mas, caso nossas vivências sejam desumanizantes, podemos reproduzir no cotidiano, aspectos que aprendemos de forma errônea, e, por consequência, se não refletirmos sobre, a ensinamos (FREIRE, 2011).

Assim, o cerne da questão suscitada por Freire (2018, p. 106), e destacada aqui, como uma compreensão humanista do tema, é o fato de ser “[...] a educação, uma especificidade humana, como um ato de intervenção no mundo [...]”. A educação, segundo o autor, não é um ato simples, ao contrário, tem significado e impacto direto sobre o mundo e sobre a vida dos sujeitos. Desse modo,

[...] somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é *construir, reconstruir, constatar para mudar* [...] (FREIRE, 2018, p. 68).

A educação, para Freire (2018), é preciso frisar, só existe em processos de humanização, em seu real sentido, e do trabalho como essência, pois, do contrário, ainda que processo de ensino-aprendizagem, conduz a desumanização. Por isso, o autor salienta que, consciente, o homem, tem a possibilidade de compreender suas capacidades e potencialidades, e, deveria ter condições de definir sua funcionalidade

e prática, no uso criativo dessas, visando a sua humanização. Porém, é fundamental considerar o estágio de consciência da realidade desse, visto que, “[...] não haveria existência humana sem a abertura de nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência” (FREIRE, 2018, p. 85).

Para Freire (2011, p. 50), “[...] o homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade”. Nesse entendimento, quanto mais o humano compreende, mais pode aprimorar a sua forma de intervir no mundo. Mas, não devemos ignorar que, as condições de existência dos homens, interferem diretamente nessa ação, na medida em que definem a dinâmica da vida humana. Ou seja, no exercício de perceber a realidade, levando em consideração o homem enquanto construtor do conhecimento, observamos que a realidade é impactada pela nossa existência, independentemente de nosso desejo imediato, e que o contrário também acontece. Daí, que o ser humano, é a expressão de um acúmulo histórico de práticas realizadas, somadas a intervenção atual dos homens, podendo estes agir sobre estas, para modificá-las, aprimorá-las, melhorá-las, conservá-las, ou até piorá-las, a depender da sua compreensão, condição e vontade.

Por isso também, que sendo o humano, ser capaz de aprender, a educabilidade tem fundamental sentido em sua condição de sujeito da história. Nisso, para o Patrono da Educação Brasileira, o cerne da questão, se encontra na inconclusão humana, pois, segundo ele, daí “[...] radica a nossa educabilidade, bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas, mas também delas podemos ter um conhecimento cabal. [...]” (FREIRE, 2018, p. 67).

Nesse sentido, ao tratar da inconclusão humana, o autor é enfático ao afirmar que, “[...] na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. [...]” (FREIRE, 2018, p. 50).

Portanto, se o homem é consciente, não pode este deixar de lado a sua consciência. Logo, “[...] a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas[...].” (FREIRE, 2018, p. 67).

Partindo da compreensão de que não há humano que não seja consciente, é necessário destacar a compreensão freireana acerca dos estágios de consciência. Para o autor, há situações que possibilitam o aprimoramento da consciência humana, que giram em torno de estados da consciência: a intransitividade da consciência ou consciência mágica; a consciência transitiva ingênua; a consciência transitiva crítica; e, a consciência fanática. Para sintetizar, é importante destacar que, “[...] na consciência ingênua há uma busca de compromisso; na crítica há um compromisso; e, na fanática, uma entrega irracional [...]” (FREIRE, 2011, p. 50).

Segundo Freire (2011, p. 50-51), “o primeiro estado da consciência é a intransitividade [...]. Existe neste estado uma espécie de quase compromisso com a realidade [...]”. Para ele, a consciência humana, “[...] quanto mais se distancia da captação da realidade, mais se aproxima da captação mágica ou supersticiosa da realidade [...]”. A passagem da consciência intransitiva para a transitiva requer alguma situação que desperte o ser para um tipo de inserção mais comprometida na realidade, mesmo que, em um primeiro momento, ainda não seja esta uma consciência crítica. A princípio, o indivíduo adentra um estado de consciência transitiva ingênua, também descrita como consciência mágica, que é diferente da simples captação das informações, como ocorre na intransitividade, mas, já se dá um possível avanço, quanto das suas percepções sobre os fatos sucedidos.

Quando se trata de uma consciência crítica, este estágio, porém, só ocorre através de um processo educativo. Tal processo, é necessário para impedir que o sujeito caia em um tipo de consciência fanática, que seria um avanço distorcido da consciência transitiva. Do contrário, é possível que, mesmo em processos de ensino-aprendizagem, seja em estudos iniciais ou de grau avançado, ocorra o desenvolvimento incoerente da consciência, que passa de um polo a outro da transitividade, sem mergulhar na realidade. Assim, a na compreensão freireana acerca da consciência transitiva crítica, esta “[...] somente se dá com um processo educativo de conscientização. Este passo exige um trabalho de promoção e crítica [...]” (FREIRE, 2011, p. 51).

Desse modo, na medida em que sua consciência aflora, o sujeito compreende a realidade, sendo capaz de comprometer-se com a modificação do seu próprio mundo. Ao aprimorar seus entendimentos, o sujeito passa a buscar por conhecimentos mais elaborados, que por sua vez, possibilitam a transição entre a consciência ingênua e a

crítica. Tal movimento contínuo, de ação-reflexão-ação, possibilita o deslocamento à profundidade dos fatos e exigem mais reflexões, constatações, decisão e ação (FREIRE, 2018).

Para Freire (2011), é quando o oprimido se compreende como tal, de forma crítica, que se torna capaz de tomar decisão frente a tal constatação, em condições de criar formas de intervenção, percebendo quais tarefas lhe compete na reconstrução do mundo. Visto que, a consciência crítica, não se dá sem uma aproximação do sujeito da realidade, sem que este se debruce sobre os aspectos reais e concretos da sociedade a ele diretamente interligada, não sendo possível agir sobre ela, distanciando-se desta. Assim, nesse movimento de busca, procura, pensamento crítico, se descortinam as nossas compreensões mágicas, fanáticas e errôneas, acerca da realidade, que nos levam a uma incompreensão, ou até mesmo, a reprodução das práticas do opressor (FREIRE, 2018).

É necessário perceber, que somente diante de processos educativos críticos, que os sujeitos possuirão a oportunidade de elaborar novas formas de se relacionar coletivamente, tornando-se capaz de desenvolver estratégias que colaborem para a criação de uma nova ordem societária, que expresse uma mudança real das condições de vida humana e considere o humano acima de todas as coisas. Tal questão é fundamental, e faz toda a diferença, na compreensão ou incompreensão dos sujeitos acerca da sua própria humanidade, de forma que o conjunto só pode expressar no mundo das relações sociais, a humanidade ou desumanidade a que fora submetido (FREIRE, 2019).

Referências

- FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/00543221089dbbe664d3c>>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 57 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 68 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.



FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1983.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. 1844. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

Autora:

Órion Flores Leal

Graduada em Serviço Social pela Escola de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória-ES, Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo e Especialista em Gestão das Políticas da Assistência Social pela Faculdade de Afonso Claudio-ES. Atualmente, realiza o curso Técnico em Multimeios Didáticos via Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR/IFES). Humanista, estuda as diversas práticas de participação social crítico-reflexivas. E-mail: orion.leal@hotmail.com

Plataforma Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/349434638184017>>.

ORCID ID: <<https://orcid.org/0000-0001-8649-3843>>.